

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.088 - PE (2019/0354159-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : JOSE BONIFACIO TEIXEIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : HÉLCIO FERREIRA DE OLIVEIRA FRANÇA - PE021728
JOSÉ AUGUSTO BRANCO - PE016464
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto em favor de JOSÉ BONIFÁCIO TEIXEIRA DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (HC n. Nº: 0003083-15.2019.8.17.000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 2º, §4º, II, da Lei n. 12.850/2013; 89 e 90, da Lei n. 8.666/1993; 4º, I e II, alíneas "a", "b" e "c", da Lei n. 8.137/1990 e do 317, *caput* e §1º, c/c o art. 327, §2º (por duas vezes), ambos do Código Penal. Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 260/261):

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. (ART.2º, §§1º E 4º, II, LEI Nº 12.850/2013).

ILÍCITOS DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE E FRAUDE À LICITAÇÃO (ARTS. 89 E 90 DA LEI Nº 8.666/93), CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA (ART.4º, INCISOS I E II, ALÍNEAS "A", "B" E "C", DA LEI Nº 8.137/90) E CORRUPÇÃO PASSIVA MAJORADA (ART.317, CAPUT E §1º, C/C O ART.327, §2º, AMBOS DO CP). RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. NULIDADE AUTOMÁTICA DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA.

POSSIBILIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS DECISÓRIOS PELO JUÍZO COMPETENTE. APLICAÇÃO DA TEORIA DO JUÍZO APARENTE. DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ E DO STF. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS (23). DIVERSIDADE DE CRIMES E DEFENSORES.

Superior Tribunal de Justiça

NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS CITATÓRIAS. RETARDO DE CERTA FORMA PROVOCADO PELA DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 64/STJ.

COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Consoante entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, por aplicação da Teoria do Juízo Aparente, o reconhecimento da incompetência do juízo que era aparentemente competente não enseja, por si só, a nulidade dos atos judiciais já praticados no processo, inclusive os de natureza decisória, como é o caso da decretação da prisão preventiva ora combatida, visto que a autoridade competente, ao receber o feito, poderá ratificar ou não essas decisões, mesmo que de forma implícita.

Precedentes do STJ e STF.

II - O processo em apreço apresenta certa complexidade, em face da pluralidade de réus, no caso 23 (vinte e três), e de defensores, múltiplas imputações de crimes, bem como da necessidade de expedição de cartas precatórias citatórias, diligência sabidamente demorada, circunstâncias que, por aplicação do Princípio da Razoabilidade, afasta o reconhecimento de demora injustificada para a formação da culpa. Ademais, in casu, verifica-se que o paciente contribuiu para dificultar a marcha regular do processo, retardando a apresentação de resposta à acusação, fazendo incidir, na espécie, o entendimento consolidado na Súmula 64. Precedente do STJ.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

No presente recurso, a defesa alega, inicialmente, a nulidade do decreto prisional, tendo em vista que o juízo que decretou a prisão se declarou incompetente. Nesse sentido, argumenta que *ao declinar da competência, a ordem de prisão do Juízo de 1ª grau não mais existe, sendo nula de pleno direito, pois a decisão que decretou a prisão preventiva adveio de autoridade incompetente, como se pode ver claramente da decisão de declinação de competência publicada na data de 09/07/2019 (e-STJ fl. 290).*

Ressalta, ainda, a ocorrência de excesso de prazo para a formação

Superior Tribunal de Justiça

da culpa do recorrente, pois sua prisão cautelar perdura por mais de 6 meses.

Diante disso, pugna liminarmente e no mérito pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, em razão de alegado retardo na ação penal.

Quanto à nulidade do decreto prisional expedido por juízo incompetente, é cediço que o decreto de prisão preventiva, bem como a sua manutenção, poderá ocorrer perante o juízo aparente, ou seja, aquele que, diante das informações coletadas até o momento, aparenta ser o competente para a ação penal, razão pela qual, ainda que constatado, posteriormente, a sua incompetência para o processo e julgamento da causa, não restará invalidado o decreto prisional.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. OPERAÇÃO G7. PRÉVIO MANDAMUS JULGADO. PRESENTE WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. VIA INADEQUADA. TRÂMITE DO FEITO. INAUGURAL COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL. DECLINAÇÃO PARA A JUSTIÇA ESTADUAL. MEDIDAS CAUTELARES DETERMINADAS. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS, BUSCA E APREENSÃO, PRISÃO. DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL PELA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. AUTOS REDISTRIBUÍDOS À ESFERA FEDERAL. ATOS PRATICADOS PELA JUSTIÇA ESTADUAL. COMPETÊNCIA À ÉPOCA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. TEORIA DO JUÍZO APARENTE. APLICABILIDADE. DETERMINAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. QUEBRA DE SIGILO E BUSCA

Superior Tribunal de Justiça

E APREENSÃO.

MANIFESTAÇÃO PRÉVIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA. PECHA. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO INSURGÊNCIA POSTERIOR DO PARQUET. FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. [...]

3. Não há falar em nulidade no feito pelas decisões cautelares prolatadas na esfera estadual, pois, não obstante a posterior modificação da competência, é de ver que o Juízo do Estado do Acre figurava como o aparentemente competente à época das determinações das medidas cautelares, entendimento que somente restou superado com o galgar das investigações, inexistindo falar em automática invalidação de tudo o que fora produzido nos autos, devendo ser aplicada na hipótese a teoria do juízo aparente. Precedentes.

4. A ausência de prévia oitiva do Ministério Público para as determinações de quebra de sigilo telefônico e de busca e apreensão não redundam em pecha, haja vista que as medidas podem ser decretadas de ofício pela autoridade judicial, consoante preceituam os artigos 3.º da Lei n.º 9.296/1996 e 242 do Código de Processo Penal, avultando-se, ademais, que o Parquet, tomando ciência das diligências, não apontou qualquer eiva no deferimento/execução das medidas cautelares.

5. Habeas corpus não conhecido.

(HC 367.956/AC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 16/12/2016)

Ainda, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

Nessa perspectiva:

[...]. O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando

Superior Tribunal de Justiça

de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado.
(HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010).

Assim, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator